





Fecomércio - 19/05/2020

# Índice

## Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### Chance de vacina empolga Bolsa

Geral - 2020-05-19

7

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### Aumento na inadimplência de empresas preocupa bancos e entra no radar do BC

Noticias - 2020-05-18

10

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### Sesap confirma não ter planos para um lockdown no Estado

Noticias - 2020-05-08

14

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### Alívio no mercado externo faz dólar cair para R\$ 5,72

Noticias - 2020-05-18

17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### Chance de vacina empolga Bolsa

Noticias - 2020-05-19

19

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### Mercado projeta queda de 5,1% para PIB no ano

Noticias - 2020-05-19

22

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### Juiz nega pedido de lockdown feito pelo Sindsaúde/RN

Noticias - 2020-05-18

24

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### Juiz nega pedido de lockdown no Rio Grande do Norte feito pelo Sindsaúde/RN

Noticias - 2020-05-19

26

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

### Toffoli restabelece redução de 50% nas alíquotas cobradas ao Sistema S

Noticias - 2020-05-19

30

## Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### De olho em reabertura econômica, mercados internacionais têm manhã em alta

Notícias - 2020-05-18

32

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Petrobras anuncia alta de 8% do diesel; reajuste vale a partir da terça-feira** 34  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, SISTEMA S /

**Confira pagamentos e tributos adiados ou suspensos durante pandemia** 35  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO, SISTEMA S /

**Toffoli restabelece efeitos da MP que reduziu contribuição a instituições do Sistema S** 39  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, SESC RN /

**Mesa Brasil/SESC leva cestas básicas para ex-atletas associados da AGAP/RN** 41  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Justiça nega pedido do Sindsaúde para decretar 'lockdown' no Estado** 42  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Covid-19: Justiça nega pedido de 'lockdown' realizado pelo Sindsaúde** 44  
Notícias - 2020-05-18

## **Portal N10 | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Prestação habitacional: Caixa amplia pausa de pagamento para até 120 dias** 46  
Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Justiça decide que sindicato não tem legitimidade para pedir 'lockdown' no RN** 48  
Notícias - 2020-05-19

## **Roberto Flávio | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Sebrae lança campanha para ajudar o MEI superar a crise do coronavírus** 50  
Noticias - 2020-05-18

## **Versátil News | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Federações e Sebrae entram com pedido para serem assistentes do Governo e Prefeitura de Natal na ação do Sindsaúde RN sobre lockdown** 52

Notícias - 2020-05-16

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional** 54

Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN /

**Senac RN é destaque na Microsoft pelo desenvolvimento da sala de aula virtual** 56

Notícias - 2020-05-18

**Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO RN, MARCELO QUEIROZ, SISTEMA S /

**MP não tem prerrogativa para fiscalizar Fecomércio, diz Queiroz** 57

Notícias - 2020-05-18

**Blog da Juliska | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Pesquisa: trabalhadores sentem-se inseguros no cenário pós-pandemia** 59

Notícias - 2020-05-19

**Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Países podem controlar o coronavírus sem impor bloqueios, sugere novo estudo em Jerusalém** 61

Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

**PANCADA: Toffoli confirma redução de 50% nas alíquotas cobradas ao Sistema S** 64

Notícias - 2020-05-19

**Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

**Senac RN é destaque na Microsoft pelo desenvolvimento da sala de aula virtual** 66

Notícias - 2020-05-18

**Blog do FM | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Mesmo com mandato, Rogério Marinho recebeu auxílio-mudança ao entrar no governo** 67

Notícias - 2020-05-18

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Comissão do Coronavírus: Setor de Turismo do RN pede planejamento e novos produtos para se recuperar** 69  
Noticias - 2020-05-18

## **Blog do PC | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional** 71  
Noticias - 2020-05-18

## **Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Comissão do Coronavírus: Turismo pede planejamento e novos produtos para se recuperar** 73  
Noticias - 2020-05-18

## **Blog Suéster Neri | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Fiern, Sebrae e Fecomércio entram em disputa judicial contra lockdown no RN** 75  
Noticias - 2020-05-16

# Chance de vacina empolga Bolsa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Acompanhando sólido desempenho do exterior, empolgado por novo sinal positivo sobre a chance de desenvolvimento de vacina para covid-19, o Ibovespa mais do que recuperou na sessão desta segunda-feira, 18, as perdas da semana passada e alcançou o maior nível de fechamento desde 29 de abril, pela segunda vez em maio acima da marca psicológica dos 80 mil pontos no encerramento - e desta vez com folga. O principal índice da B3 fechou nesta segunda-feira em alta de 4,69%, aos 81.194,29 pontos, o maior ganho em percentual desde 6 de abril (naquela ocasião em alta de 6,52%), tendo oscilado hoje entre mínima de 77.571,39 e máxima de 81.420,37 pontos, renovada na parte final da sessão.

Mais cedo, os principais mercados da Europa haviam encerrado o dia com ganhos expressivos, de 4,29% para Londres, de 5,16% para Paris e de 5,67% para Frankfurt. Em Nova York, os três índices de referência registraram alta entre 2,44% (Nasdaq) e 3,85% (Dow Jones), assim como na B3 acentuados no fim do dia, mas cedendo um pouco ante as máximas, nos minutos finais. O otimismo decorreu em grande medida da indicação de que o laboratório Moderna, dos EUA, obteve resultados positivos para uma vacina contra o novo coronavírus.

Agora, o Ibovespa passa a acumular leve ganho de 0,86% em maio, com perda de 29,79% no ano, tendo na primeira quinzena de maio, até a última sexta, acumulado perda de 3,66% no mês e de 3,37% na semana passada. O giro financeiro desta sessão, reforçado pelo vencimento de opções sobre ações, totalizou R\$ 34,2 bilhões

Além da novidade sobre possível vacina, outros fatores que prevaleceram hoje ajudam a entender o avanço do Ibovespa nesta primeira sessão da semana: a relativa acomodação do dólar, em baixa de 2,03% no fechamento de hoje, a RS 5,7206; fortes ganhos no petróleo, de 7,10% para o Brent de julho, a US\$ 34,81 por barril no encerramento na ICE, o que ajudou as ações da Petrobras (+9,72% na ON e +8,10% na PN); recuperação de preços do minério de ferro em curso na China, em meio à reabertura da **economia**, estimulando a ação da Vale (+6,68%) e as do setor siderúrgico (+8,24% para Gerdau PN) na sessão; e o plano de 500 bilhões

de euros anunciado por Alemanha e França para o combate aos efeitos da pandemia.

"Este fundo da Alemanha e França é muito importante para manutenção da zona do euro, especialmente depois de a Justiça alemã ter proibido compra de ativos", observa Álvaro Bandeira, economista-chefe do Modalmais. Ele chama atenção, contudo, para o distanciamento do investidor estrangeiro mesmo com os descontos nominais e em dólar nas ações brasileiras.

"O sumiço do estrangeiro é o que está pegando um pouco, neste mês ainda não houve um dia de ingresso líquido dos gringos na Bolsa. As ações aqui ficaram muito mais baratas, e não dá muito para entender por que não estão voltando", observa Bandeira. Ele reconhece que o "lado político, complicado" e preocupações com o "problema fiscal" podem estar mantendo os estrangeiros à distância dos ativos brasileiros, neste momento em que a aversão a risco permanece como pano de fundo especialmente com relação aos emergentes.

#### Dólar

Influenciado pelo **mercado** internacional, o dólar fechou a segunda-feira, 18, com a maior queda percentual desde 29 de abril, recuando 2,03%, a R\$ 5,7206. Notícias positivas sobre o desenvolvimento de uma vacina para combater o coronavírus e a reabertura de economias contribuíram para renovar o apetite por risco. As bolsas subiram forte em Nova York e na Europa, o petróleo disparou e o índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de divisas fortes, caiu abaixo do nível de 100 pontos. O real, que sempre vem tendo o pior

desempenho ante o dólar no **mercado** internacional, hoje teve a melhor performance, considerando uma lista de 34 moedas.

O dólar chegou a cair abaixo de R\$ 5,70 no começo da tarde, mas não se sustentou neste nível. Como ressalta um diretor de tesouraria, no atual cenário, a moeda americana abaixo desse percentual atrai compradores, na medida em que a cautela com o cenário político doméstico prossegue e bancos continuam elevando suas projeções para o dólar.

Hoje foi a vez do Santander, que aumentou sua estimativa para a moeda americana no final do ano de R\$ 4,90 para R\$ 5,80, e também revisou a do fim de 2021, de R\$ 4,05 para R\$ 5,50. A economista-chefe do banco espanhol, ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vesco-vi, ressalta em relatório que não há indícios de que fatores responsáveis pelo desempenho ruim do real - turbulências políticas, dúvidas acerca das diretrizes da política econômica do governo e incertezas quanto à trajetória fiscal - serão resolvidos no curto prazo.

Hoje, porém, predominou o otimismo externo. O analista-sênior de mercados do Western Union, banco especializado em transferências internacionais, Joe Manimbo, ressalta que o dólar operou em queda com as notícias da farmacêutica americana Moderna, de testes bem sucedidos de uma vacina contra o coronavírus em oito pessoas, que acabaram estimulando a busca por ativos de risco.

Os estrategistas do Citi observam que a melhora do **mercado** internacional pode seguir sendo positiva para moedas emergentes, incluindo o real, mas o conturbado ambiente político doméstico, responsável por boa parte



da piora da moeda brasileira, pode seguir limitando uma maior valorização da divisa, na medida em que levanta dúvidas sobre o ajuste fiscal e a agenda de reformas. Por isso, projetam a moeda brasileira na casa dos R\$ 5,70 nos próximos três meses e, em um prazo maior (6 a 12 meses), o Citi vê o real na casa dos R\$ 5,50.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Aumento na inadimplência de empresas preocupa bancos e entra no radar do BC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O aumento da inadimplência das empresas por causa da crise do coronavírus já entrou no radar do sistema financeiro, destaca o Estadão. Na divulgação dos balanços do primeiro trimestre, os quatro maiores bancos do País (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil) destinaram R\$ 28 bilhões para bancar possíveis calotes de empréstimos concedidos no passado - R\$ 10 bilhões a mais que em igual período de 2019. O valor foi mais que o dobro do lucro líquido de R\$ 13,7 bilhões apurado no período, segundo a Economática.

Um teste de estresse feito pelo Banco Central (BC) para avaliar a capacidade do sistema financeiro diante da pandemia considera que,

para fazer frente a perdas de crédito em um cenário mais "catastrófico", as provisões poderiam chegar a quase R\$ 400 bilhões. O resultado faz parte de um relatório feito periodicamente pelo BC e, desta vez, trouxe a estimativa do aumento da inadimplência das empresas por causa da covid-19.

O calote projetado viria de um conjunto de empresas consideradas mais vulneráveis e que respondem por 29% da dívida de pessoas jurídicas - ou seja, juntas elas devem R\$ 893 bilhões. Em nota, o BC reforçou que se trata de uma projeção para um cenário severo e que o pior resultado do sistema até hoje foi em 2016, quando os bancos tiveram de fazer provisões de R\$ 81,4 bilhões. "O exercício é um choque que simula a perda de todas as operações num único momento. Na prática, isso ocorreria ao longo do tempo", diz o BC, ressaltando que o sistema financeiro tem capacidade para enfrentar a crise, mas exigiria aporte de recursos.

Procurados para falar sobre essas perspectivas, os bancos não se pronunciaram. Na divulgação dos balanços, no entanto, a maioria falou sobre a necessidade de elevar as provisões. O Bradesco destacou que, a partir da segunda quinzena de março, o agravamento da crise da covid-19 colocou pressão adicional sobre os índices de inadimplência e entende que a situação deverá se agravar nos trimestres subsequentes. O Itaú afirmou que é fundamental "manter um balanço forte e é com este objetivo que incrementou o nível de provisões".

No **mercado**, economistas destacam que os números de inadimplência vão começar a piorar a partir de agora. Até meados do mês passado, os cartórios estavam fechados e, portanto, sem protesto de títulos. Mesmo assim, no primeiro trimestre do ano, ainda com efeito limitado da crise, algumas linhas de crédito já vinham registrando alta, segundo dados do BC. Na modalidade de capital de giro, com prazo de até um ano, a taxa de inadimplência avançou 1,4 ponto porcentual; cartão de crédito, 0,4 ponto; e desconto de duplicata, 0,3 ponto.

Segundo Flávio Calife, economista da Boa Vista, esse avanço não está associado à alta do crédito em 2019, quando havia expectativa de retomada de emprego e renda. O cenário mudou bastante e os números vão piorar, já que a atividade econômica está parada, destaca ele.

#### Explosão de calote

O histórico das últimas crises dá uma noção do que pode vir pela frente. Em 2008 e entre 2014 e 2016, a inadimplência subiu 50% a 60%. Na primeira, provocada pelo subprime americano, a alta foi rápida e alcançou o topo em um ano. Já na retração econômica, que coincidiu com a Operação Lava Jato, a escalada levou dois anos, explica a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Para a entidade, o mais provável é que, na crise atual, o movimento siga um padrão mais parecido com o de 2008.

Ou seja, haveria uma explosão de calote no curto prazo, apesar da decisão dos bancos de renegociarem crédito e darem carência de 60 a 180 dias para pagamento de algumas parcelas. Segundo dados da Febraban, entre pessoas

físicas e jurídicas, os bancos prorrogaram o pagamento de parcelas no valor de R\$ 40 bilhões desde o início da pandemia. "Esse montante, se não tivesse sido postergado, já estaria compondo o índice de inadimplência", afirma Luis Miguel Santacreu, analista de bancos da Austin Rating.

Segundo VanDyck Silveira, presidente da Trevisan, a eficácia da iniciativa está relacionada ao prazo de fechamento da **economia**. "Se perdurar muito, a carência dada pelos bancos vai terminar, as empresas vão continuar sem caixa e inadimplentes." Para ele, neste momento todas as empresas estão preservando caixa. "Já reduziram despesas, jornada de trabalho e salários. Agora, vão começar a parar de pagar fornecedores, o que gera um efeito em cadeia."

Uma pesquisa feita pela Corporate Consulting, que trabalha com reestruturação de companhias, mostra que, neste momento, há um volume de R\$ 93 bilhões de crédito que não cabe na conta das empresas. Desse total, 60% devem terminar em recuperação judicial. "O resto vai virar calote ou vai passar por um processo de alongamento do passivo", diz o economista e presidente da consultoria, Luis Alberto de Paiva.

#### Crédito público

A maioria das empresas está tendo dificuldade para ter acesso à ajuda emergencial do governo federal. Com queda no faturamento e caixa no limite, as companhias relatam que não conseguem ter acesso às linhas de crédito para cumprir obrigações de curto prazo.

Uma pesquisa feita pela consultoria Quist

Investimentos, especializada em reestruturação de empresa e recuperação judicial, mostra que 78% das companhias não tiveram acesso a nenhum tipo de crédito desde o anúncio da equipe econômica. Foram ouvidas 100 empresas com receita entre R\$ 30 milhões e R\$ 300 milhões.

Entre aquelas que tiveram acesso, 17,5% declararam que a ajuda emergencial esbarrou na falta de informações nos bancos e que os profissionais dos bancos de repasse não tinham orientações claras sobre as linhas. Apenas 22% das empresas disseram ter tido acesso a crédito. Mas, nesse caso, acabaram pegando empréstimos pré-aprovados pelo banco de relacionamento, e não a ajuda emergencial do governo.

"O dinheiro está empoçado porque o banco está com medo do que vai ocorrer. Há muito incerteza", diz o presidente da Quist, Douglas Duek. Segundo ele, os bancos só vão conceder recursos para quem tem nota de crédito melhor. Aqueles que representam mais risco não terão acesso a dinheiro novo. "Nesse cenário, quem estava mal vai entrar em colapso. Quem estava bem vai ficar ruim." Para Duek, apesar de os bancos serem só repassadores do dinheiro, eles terão muito trabalho se houver inadimplência porque teriam de ir atrás dos devedores.

#### Retomada econômica

Uma das preocupações com o aumento da inadimplência é o reflexo na retomada econômica no pós-pandemia. Com as empresas endividadadas, sem dinheiro em caixa e sem crédito, a recuperação será mais difícil. A tendência é que, diante do aumento de

calotes, os bancos elevem ainda mais as restrições para a concessão de novos empréstimos e isso vai dificultar a volta dos investimentos.

Relatório do Banco Central (BC), com o teste de estresse da pandemia, traz esse alerta. Com o aumento das provisões, a capacidade das instituições financeiras para conceder "novos créditos e sustentar o crescimento da **economia** ficaria temporariamente comprometida". Segundo a autoridade monetária, considerando a rentabilidade em períodos de crises anteriores, seriam necessários três anos para o sistema recompor sua atual capacidade.

"Sem perspectiva de melhora no **mercado** de trabalho e com empresas com caixa debilitado, a retomada econômica vai ser mais demorada", afirma Rodolpho Tobler, economista da FGV/Ibre. Segundo ele, hoje há uma população grande com renda baixa ou sem rendimentos. Isso vai criar uma bola de neve, elevar o calote entre as pessoas físicas e bater nas empresas, que também ficarão inadimplentes.

Para Tobler, ao contrário de outras crises, o coronavírus pegou a **economia** ainda com dificuldades para acelerar o crescimento e com alto índice de desemprego. "O cenário que antecedeu as crises de 2008 e 2014 era melhor. Desta vez, os indicadores já estavam ruins."

Na avaliação de economistas, a saída da crise é uma incógnita. Ninguém sabe quanto tempo vai demorar para voltar aos níveis pré-pandemia. Em alguns setores, a dúvida é ainda mais latente, como as áreas de entretenimento e restaurantes, por causa do comportamento

da população ao fim do isolamento.

Nesse cenário, os investimentos vão desabar, com capacidade ociosa alta e falta de crédito. "Hoje não podemos contar com o investimento externo. O impulso teria de vir do governo, de obras públicas", diz o presidente da Corporate Consulting, Luis Alberto de Paiva. Ele reconhece, no entanto, as limitações do governo de se autofinanciar. Antes de a pandemia afetar o País, o governo vinha num esforço para reduzir gastos. Isso teve de ser abandonado para aliviar a perda de renda no **mercado**.

Proposta

Um grupo formado pelos economistas José Roberto Afonso, Geraldo Biasoto Jr. e Murilo Ferreira Viana e pelo engenheiro Paulo Vales propõe um programa de proteção econômica para evitar uma depressão. Segundo Afonso, o objetivo é evitar a desorganização de produção, comércio e transportes. "Sem saber ao certo até onde vai a quarentena, é preciso dar oxigênio para empresas se manterem nesse período. Isso significa pagarem o mínimo essencial, que sejam salários e encargos, as utilidades públicas e os impostos."

Na avaliação dele, a ideia é usar o **mercado** de capitais e as empresas de maquininhas, no lugar de bancos, para fazer com que o crédito público chegue para as empresas. "As microempresas usam esses meios de pagamento para toda sua vida financeira e seria o canal para receberem o crédito", afirma.

"Já as médias e grandes empresas poderiam emitir títulos que seriam comprados por fundos operados por gestores privados, mas que

pertenceriam ao Tesouro." Quando se liberar aos poucos a **economia**, o governo também poderia repassar tais fundos ou títulos para o próprio setor privado, diz.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Sesap confirma não ter planos para um lockdown no Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em um boletim divulgado no último dia 5, o Comitê Científico do Consórcio Nordeste recomendou que o isolamento social rígido, o "lockdown", seja decretado caso a taxa de ocupação dos leitos que tratam pacientes de Covid-19 chegue aos 80%. Até o momento, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), não há planos concretos para implantar as medidas que impedem a livre circulação de pessoas, e os esforços do Governo estão centrados em garantir o crescimento do índice de isolamento social, que no Rio Grande do Norte chegou aos 40,7% na quarta-feira, 6.

De acordo com as autoridades de saúde, o

mínimo para que a doença não se propague numa velocidade muito rápida e capaz de fazer o sistema de saúde entrar em colapso de forma mais célere, é que o isolamento social esteja em 60%. Até a quarta-feira, de acordo com a empresa In Loco, de geolocalização, o Rio Grande do Norte tinha a segunda pior taxa de isolamento social no Nordeste (40,7%), atrás somente do Estado de ergipe, que tinha 40,5%.

O isolamento social subiu um pouco na quinta-feira, 7, em comparação ao dia anterior. Ele atingiu 42,3% da população do Rio Grande do Norte, mas está quase 20% abaixo do recomendado pelas autoridades de saúde. Em Natal, 42% da população permanece isolada, enquanto em Mossoró, outra cidade que concentra um grande número de casos e óbitos pela doença, o isolamento atinge apenas 37,6% das pessoas. Parnamirim, município com número expressivo de casos, é a que está em situação melhor entre as três, com uma taxa de 47,5% de isolamento.

A incapacidade de atingir os índices desejados de isolamento vem se repetindo ao longo dos últimos 30 dias, de acordo com o levantamento, e o RN não conseguiu atingir, em nenhum momento, nem os níveis "esperados", e nem os "ideais".

Ainda não é possível estimar quando a ocupação vai atingir os níveis considerados preocupantes pelo Comitê Científico do Consórcio Nordeste, órgão que está à frente das recomendações feitas aos gestores estaduais. De acordo com a Sesap/RN, há duas variáveis que têm influência nas taxas de ocupação dos

leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI): o surgimento de novos pacientes e a capacidade de abertura de leitos no Estado. Entretanto, o surgimento de novos casos está diretamente relacionado à capacidade da população de manter o isolamento social, que tem caído cada vez mais no Estado.

Por enquanto, os gestores do Rio Grande do Norte apelam para a sensibilização da população quanto à necessidade de ficar em casa para conter o avanço da curva de contágio, e garantir que as medidas de isolamento rígido não precisem ser implantadas no RN - apesar do avanço no número de casos.

O titular da Sesap/RN, Cipriano Maia, destacou que a situação do RN não é a mais desfavorável em relação aos demais Estados do Nordeste, mas que já há óbitos em todas as Regiões de Saúde locais, o que preocupa as autoridades e o isolamento não pode ser relaxado. "Não é o pior dos panoramas em termos de Nordeste. Estamos em uma posição que nos coloca em um patamar tanto de incidência como de mortalidade e letalidade na 6ª posição em comparação com os outros Estados da região", disse o secretário. A situação mais crítica, de acordo com ele, está nos estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba e Alagoas. Os Estados em situação mais favorável em relação ao RN são o Piauí, a Bahia e Sergipe.

#### Critérios para isolamento rígido

O Comitê Científico do Consórcio Nordeste estabeleceu critérios que devem ser seguidos pelas administrações locais para implantação do isolamento rígido. O "lockdown", termo

técnico utilizado para definir as medidas, deverá ser decretado a partir do momento que o número de leitos hospitalares destinados ao tratamento de Covid-19 superem 80% de ocupação. Essa é uma medida não-farmacológica recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para reduzir o avanço da curva de contágio da doença, quando o sistema de saúde começa a demonstrar incapacidade de atender à população infectada.

De acordo com as orientações do Comitê, o planejamento dessas medidas vai possibilitar que elas sejam aplicadas de maneira seletiva, atingindo apenas algumas cidades, regiões e estradas. Nesse modelo de isolamento, todas as entradas do perímetro devem ser bloqueadas por profissionais de segurança, e ninguém terá permissão de entrar ou sair da cidade sem justificativa plausível.

"Importante considerar, portanto, que a decretação de lockdown deverá ser feita em comum acordo com demais forças política e de segurança, sendo necessário, para isso, o envolvimento das forças armadas e polícias estaduais", reforçou o Comitê no Boletim assinado no dia 5 de maio.

De acordo com o documento, o Coronavírus avança rapidamente pelos municípios do Nordeste. No dia 4 de maio, 874 municípios da região (49%) já tinham casos confirmados da doença, o dobro em relação ao dia 24 de abril, 10 dias antes, quando 437 municípios tinham casos confirmados.

Spinelli comentou sobre o risco de "lockdown"?

O secretário de Estado adjunto da Saúde

Pública, Petrônio Spinelli, afirmou na quarta-feira, 6, que o Rio Grande do Norte está "mais perto do lockdown do que da flexibilização" por causa dos baixos índices de isolamento social. Segundo Spinelli, o lockdown, que é o bloqueio social máximo, poderia ser decretado se as medidas de distanciamento social atuais não surtiram efeito e o coronavírus continuasse em avanço no Estado, ameaçando o colapso da rede de saúde pública.

Com um confinamento social mais rígido, adotado no Brasil em algumas cidades do Maranhão, Ceará e Pará, os moradores saem apenas em casos extremos e essenciais, como ida ao mercado ou farmácia e apenas os trabalhadores de serviços considerados essenciais continuam trabalhando. O não cumprimento pode causar multa e outras punições. Os trabalhadores essenciais precisam levar consigo uma declaração do empregador atestando o tipo de serviço desempenhado que justifique sua circulação diária.

Entidades representativas

Entidades ligadas aos setores produtivos no Rio Grande do Norte, como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN) e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), por exemplo, não foram consultadas ou comunicadas sobre o risco de lockdown no Rio Grande do Norte. A medida foi adotada em cidades do Maranhão e do Ceará.

UnP treina médicos e enfermeiros para enfrentar a pandemia

A Universidade Potiguar (UnP) iniciou nesta

semana uma parceria com a LIGA Contra o Câncer para o treinamento de 147 profissionais médicos e enfermeiros que estão na linha de frente ao combate da Covid-19. A instituição de ensino destaca que essa pandemia representa um dano significativo para pacientes com câncer, que apresentam alto risco de infecções devido a vários fatores predisponentes. Além disso, a maioria dos procedimentos de tratamento em oncologia não podem ser adiados.

?Em situações como essa, ter profissionais bem capacitados é fundamental para garantir sucesso no tratamento de casos de grande complexidade, portanto, resolvemos unir forças para juntos vencermos essa batalha e garantir o atendimento à população do RN?, frisa a UnP em nota.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**



# Alívio no mercado externo faz dólar cair para R\$ 5,72



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O alívio no **mercado** externo após o anúncio de uma pesquisa com resultados promissores para o novo coronavírus, causador da covid-19, animou o **mercado** financeiro. O dólar caiu para a menor cotação em 12 dias, e a bolsa de valores fechou no nível mais alto em 20 dias.

O dólar comercial encerrou esta segunda-feira (18) vendido a R\$ 5,72, com recuo de R\$ 0,119 (-2,03%). A moeda abriu próxima de R\$ 5,80, mas caiu ainda durante a manhã após a divulgação da pesquisa sobre uma vacina para o coronavírus. A cotação fechou no menor nível desde 6 de maio (R\$ 5,704).

O Banco Central (BC) interveio pouco no

**mercado**. A autoridade monetária ofertou até US\$ 620 milhões para rolar (renovar) contratos de swap cambial - venda de dólares no **mercado** futuro - que venceriam em julho. A moeda norte-americana acumula alta de 42,55% em 2020.

O euro comercial fechou o dia vendido a R\$ 6,258, com recuo de 1,95%. A libra comercial caiu 1,54% e terminou a sessão vendida a R\$ 6,979. Essa foi a primeira vez, desde 5 de maio, que a moeda britânica fechou abaixo de R\$ 7.

Bolsa de valores

No **mercado** de ações, o dia foi marcado pela euforia. O índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia aos 81.194 pontos, com alta de 4,69%. O indicador está no nível mais alto desde 29 de abril.

O Ibovespa seguiu o **mercado** externo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou o dia com alta de 3,85%. Além dos avanços nas pesquisas da vacina contra o coronavírus, o **mercado** financeiro global refletiu o relaxamento das restrições sociais em diversos países da Europa, como a Itália, que reabriu o comércio hoje (18), e a aprovação de um novo pacote de estímulos pelos deputados norte-americanos.

O alívio no **mercado** externo compensou dados negativos na **economia** brasileira. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas preveem queda de 5,12% na **economia** brasileira neste ano.

## Petróleo

A cotação do petróleo, que esteve em crise nos últimos meses, também reagiu ao alívio no **mercado** externo. O barril do tipo Brent, que serve de referência para o **mercado** internacional e para a Petrobras, era vendido a US\$ 35,65 por volta das 18h, com alta de 9,69%. Nos últimos dias, a cotação estava em torno de US\$ 30.

O desempenho do barril de petróleo refletiu-se nas ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa. Os papéis ordinários (com direito a voto em assembleia de acionistas) fechou a segunda-feira com alta de 9,72%. Os papéis preferenciais (com prioridade na distribuição de dividendos) encerraram o dia com valorização de 8,1%.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Chance de vacina empolga Bolsa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Acompanhando sólido desempenho do exterior, empolgado por novo sinal positivo sobre a chance de desenvolvimento de vacina para covid-19, o Ibovespa mais do que recuperou na sessão desta segunda-feira, 18, as perdas da semana passada e alcançou o maior nível de fechamento desde 29 de abril, pela segunda vez em maio acima da marca psicológica dos 80 mil pontos no encerramento - e desta vez com folga. O principal índice da B3 fechou nesta segunda-feira em alta de 4,69%, aos 81.194,29 pontos, o maior ganho em percentual desde 6 de abril (naquela ocasião em alta de 6,52%), tendo oscilado hoje entre mínima de 77.571,39 e máxima de 81.420,37 pontos, renovada na parte final da sessão.

Mais cedo, os principais mercados da Europa haviam encerrado o dia com ganhos expressivos, de 4,29% para Londres, de 5,16% para Paris e de 5,67% para Frankfurt. Em Nova York, os três índices de referência registraram alta entre 2,44% (Nasdaq) e 3,85% (Dow Jones), assim como na B3 acentuados no fim do dia, mas cedendo um pouco ante as máximas, nos minutos finais. O otimismo decorreu em grande medida da indicação de que o laboratório Moderna, dos EUA, obteve resultados positivos para uma vacina contra o novo coronavírus.

Agora, o Ibovespa passa a acumular leve ganho de 0,86% em maio, com perda de 29,79% no ano, tendo na primeira quinzena de maio, até a última sexta, acumulado perda de 3,66% no mês e de 3,37% na semana passada. O giro financeiro desta sessão, reforçado pelo vencimento de opções sobre ações, totalizou R\$ 34,2 bilhões.

Além da novidade sobre possível vacina, outros fatores que prevaleceram hoje ajudam a entender o avanço do Ibovespa nesta primeira sessão da semana: a relativa acomodação do dólar, em baixa de 2,03% no fechamento de hoje, a R\$ 5,7206; fortes ganhos no petróleo, de 7,10% para o Brent de julho, a US\$ 34,81 por barril no encerramento na ICE, o que ajudou as ações da Petrobras (+9,72% na ON e +8,10% na PN); recuperação de preços do minério de

ferro em curso na China, em meio à reabertura da **economia**, estimulando a ação da Vale (+6,68%) e as do setor siderúrgico (+8,24% para Gerdau PN) na sessão; e o plano de 500 bilhões de euros anunciado por Alemanha e França para o combate aos efeitos da pandemia.

"Este fundo da Alemanha e França é muito importante para manutenção da zona do euro, especialmente depois de a Justiça alemã ter proibido compra de ativos", observa Alvaro Bandeira, economista-chefe do Modalmais. Ele chama atenção, contudo, para o distanciamento do investidor estrangeiro mesmo com os descontos nominais e em dólar nas ações brasileiras.

"O sumiço do estrangeiro é o que está pegando um pouco, neste mês ainda não houve um dia de ingresso líquido dos gringos na Bolsa. As ações aqui ficaram muito mais baratas, e não dá muito para entender por que não estão voltando", observa Bandeira. Ele reconhece que o "lado político, complicado" e preocupações com o "problema fiscal" podem estar mantendo os estrangeiros à distância dos ativos brasileiros, neste momento em que a aversão a risco permanece como pano de fundo especialmente com relação aos emergentes.

Dólar

Influenciado pelo **mercado** internacional, o dólar fechou a segunda-feira, 18, com a maior queda porcentual desde 29 de abril, recuando 2,03%, a R\$ 5,7206. Notícias positivas sobre o desenvolvimento de uma vacina para combater o coronavírus e a reabertura de economias contribuíram para renovar o apetite por risco. As bolsas subiram forte em Nova York e na Europa, o petróleo disparou e o índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de divisas fortes, caiu abaixo do nível de 100 pontos. O real, que sempre vem tendo o pior desempenho ante o dólar no **mercado** internacional, hoje teve a melhor performance, considerando uma lista de 34 moedas.

O dólar chegou a cair abaixo de R\$ 5,70 no começo da tarde, mas não se sustentou neste nível. Como ressalta um diretor de tesouraria, no atual cenário, a moeda americana abaixo desse porcentual atrai compradores, na medida em que a cautela com o cenário político doméstico prossegue e bancos continuam elevando suas projeções para o dólar.

Hoje foi a vez do Santander, que aumentou sua estimativa para a moeda americana no final do ano de R\$ 4,90 para R\$ 5,80, e também revisou a do fim de 2021, de R\$ 4,05 para R\$ 5,50. A economista-chefe do banco espanhol, ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, ressalta em relatório que não há indícios de que fatores responsáveis pelo desempenho ruim do real - turbulências políticas, dúvidas acerca das diretrizes da política econômica do governo e incertezas quanto à trajetória fiscal -

serão resolvidos no curto prazo.

Hoje, porém, predominou o otimismo externo. O analista-sênior de mercados do Western Union, banco especializado em transferências internacionais, Joe Manimbo, ressalta que o dólar operou em queda com as notícias da farmacêutica americana Moderna, de testes bem sucedidos de uma vacina contra o coronavírus em oito pessoas, que acabaram estimulando a busca por ativos de risco.

Os estrategistas do Citi observam que a melhora do **mercado** internacional pode seguir sendo positiva para moedas emergentes, incluindo o real, mas o conturbado ambiente político doméstico, responsável por boa parte da piora da moeda brasileira, pode seguir limitando uma maior valorização da divisa, na medida em que levanta dúvidas sobre o ajuste fiscal e a agenda de reformas. Por isso, projetam a moeda brasileira na casa dos R\$ 5,70 nos próximos três meses e, em um prazo maior (6 a 12 meses), o Citi vê o real na casa dos R\$ 5,50.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Mercado projeta queda de 5,1% para PIB no ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília - Com o avanço da pandemia do novo coronavírus e a perspectiva de retração global, economistas do **mercado** financeiro ouvidos pelo Banco Central reduziram mais uma vez a projeção para o PIB neste ano e também revisaram suas estimativas para a inflação.

A expectativa para o nível de atividade da **economia** brasileira em 2020 recuou de uma queda de 4,11% para queda de 5,12%, conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo BC. Há quatro semanas, a estimativa era de queda de 2,96%. Para 2021, o **mercado** financeiro manteve a projeção de uma

alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,20%, apostando em recuperação da **economia** uma vez encerrada a quarentena determinada por governadores para tentar evitar a disseminação do coronavírus.

Na última quarta-feira a equipe econômica do governo federal também já havia revisado sua projeção para o desempenho da **economia** neste ano - de uma alta de 0,02% para uma queda de 4,7%

Apesar dessa revisão, a previsão oficial para a contração do PIB brasileiro em 2020 ainda está abaixo da divulgada pelo Banco Mundial, que estima um tombo de 5%, e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que prevê queda de 5,3%.

s analistas do **mercado** também passaram a prever uma Selic menor no fim do ano. A projeção para a taxa básica de **juros** passou de 2,50% para 2,25% ao ano. No início do mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou os **juros** em 0,75 ponto porcentual, para 3% ao ano.

Inflação

Para o IPCA, o índice oficial de preços, a mediana das projeções passou de alta de 1,76% para 1,59% no fim do ano. Há um mês, estava 2,23%. Já a projeção para o índice inflacionário em 2021 passou de 3,25% para 3,20%.

Em abril, o IPCA registrou queda de 0,31%, a segunda maior deflação desde o início do Plano Real, como reflexo da retração da demanda.

A projeção dos economistas para a inflação está abaixo do centro da meta de 2020, de 4%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

O Focus também trouxe a projeção para a produção industrial em 2020, que passou de queda de 3% para queda de 3,68%. Há um mês, estava em retração de 2,25%.

Após as sucessivas altas da cotação do dólar nos últimos dias, o relatório também trouxe alteração no cenário para a moeda norte-americana neste ano.

A mediana das expectativas para o câmbio até

dezembro passou de R\$ 5,00 para R\$ 5,28 de uma semana para a outra, ante a previsão de R\$ 4,80 feita há um mês atrás.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Juiz nega pedido de lockdown feito pelo Sindsaúde/RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública por meio da qual pedia a implementação, em âmbito estadual e municipal, da quarentena total, também conhecida nos últimos dias como 'lockdown', como medida de distanciamento social e método não farmacológico contra a disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19. A intenção da entidade era de que o isolamento mais rígido tivesse o prazo de 15 dias e compreenderia o bloqueio total da capital

potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira, 18, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo Sindsaúde, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avaliou o magistrado Luiz Alberto Dantas.

De acordo com o julgamento, feito após o



recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - Aspirn, FCDL/RN, ACRN, CDL Natal, Facern, AEBA, Sinmed/RN, Sincodiv/RN, Anorc, Sinduscon/RN, Fiern, Fetronor, Fecomércio/RN, Faern e Sebrae/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do Sindsaúde/RN, enquanto duas pessoas físicas (dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

# Juiz nega pedido de lockdown no Rio Grande do Norte feito pelo Sindsaúde/RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em decisão assinada eletronicamente às 20h26 desta segunda-feira, 18, o juiz Luiz Alberto Dantas Filho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), decidiu pelo arquivamento do processo movido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde (Sindsaúde/RN) contra o Governo do Estado e Prefeitura do Natal e favor da decretação do lockdown no Rio Grande do Norte. O magistrado decidiu pela 'ilegitimidade ativa do Sindsaúde/RN para promover a presente ação civil pública' e declarou 'a extinção do feito sem resolução de mérito'.

Créditos: Magnus Nascimento No Alecrim, nesta segunda-feira, 18, a movimentação de populares de todas as idades era intensa

Luiz Henrique Gomes

Repórter

Ricardo Araújo

Editor

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo Sindsaúde, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avaliou o magistrado Luiz Alberto Dantas.

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - Aspirn, FCDL/RN, ACRN, CDL Natal, Facern, AEBA, Sinmed/RN, Sincodiv/RN, Anorc, Sinduscon/RN, Fiern, Fetronor, Fecomércio/RN, Faern e Sebrae/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do Sindsaúde/RN, enquanto duas pessoas físicas (dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

Defesa do lockdown

O aumento no número de pessoas mortas em

decorrência da Covid-19 e a ocupação dos leitos gerais públicos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) perto do limite em duas regiões do Rio Grande do Norte, aumentam a pressão sobre o Governo do Estado pelo isolamento social total, o chamado 'lockdown'. Com o entendimento até a última semana de que a maior rigidez não seria adequada, o comitê de técnicos e especialistas da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) voltou a discutir o assunto nesta segunda-feira, 18, depois de 12 mortes confirmadas em menos de 24 horas, entre as noites do dia 16 e 17. Ao todo, o Rio Grande do Norte tem 148 mortes por Covid-19 confirmadas e outras 58 suspeitas em investigação.

Em entrevista exclusiva à TRIBUNA DO NORTE, a médica infectologista Marise Reis, integrante do comitê de técnicos e especialistas, o número de mortes registradas nesta última semana foi superior à projeção interna dos pesquisadores, feita sempre às terças-feiras para prever os próximos sete dias, e causou preocupação. 'Esse (o lockdown) não é um assunto que está definido ainda porque tivemos um número de mortes maior do que imaginávamos e estamos com uma ocupação muito alta em alguns hospitais', afirmou Marise Reis.

O parecer por medidas mais rígidas de distanciamento social deve ser entregue à governadora Fátima Bezerra nesta terça-feira, 19. Os especialistas discutiram as medidas para desacelerar o contágio do novo

coronavírus durante toda segunda-feira e entregam, além do parecer, as recomendações de distanciamento para embasar o próximo decreto estadual. O atual, se vence nesta quarta-feira, 20, e pode ser atualizado no mesmo dia. O Governo do Estado não revelou, até agora, as diretrizes do novo documento.

#### Ocupação de leitos

A ocupação de leitos gerais de UTI exclusivos para pacientes da Covid-19 na rede pública de saúde preocupa nas regiões Metropolitana e Oeste do Estado. A situação voltou a ficar mais preocupante nesta segunda-feira, depois de uma folga na sexta-feira, 15, causada pela abertura de novos leitos de UTI Adulto, de situação mais crítica. Na região metropolitana de Natal, 41 de 45 leitos de UTI Adulto estão ocupados (91%); na região Oeste, apenas 1 dos 35 leitos está desocupado (97% de ocupação).

Em ambas regiões, os leitos de UTI destinados a outras especificidades, como grávidas, crianças, pessoas com doenças vasculares ou problemas ortopédicos, estão praticamente vazios. Apenas os leitos obstétricos do Hospital Santa Catarina e pediátricos do Hospital Infantil Maria Alice Fernandes, ambos responsáveis pela região metropolitana de Natal, estão com alguma ocupação. O primeiro tem dois dos cinco leitos de UTI ocupados; o segundo, dois de sete leitos.

O governo tem sido pressionado sobre o lockdown desde que a medida começou a ser adotada em outros Estados do Nordeste, como Ceará, Pernambuco e Maranhão, e o Rio Grande do Norte começou a ter fila de espera por leitos de UTI. Na semana passada, o secretário-adjunto de Saúde, Petrônio Spinelli, chegou a anunciar que todos os leitos intensivos da região metropolitana de Natal estavam lotados e apenas um leito estava vago no Oeste. A declaração causou preocupação. O neurocientista Miguel Nicolelis, do Comitê Científico do Consórcio Nordeste, afirmou à TN que o lockdown deveria ser decretado em cidades com ocupação de leitos acima de 80%.

#### Abaixo do ideal

O índice de adesão às medidas de isolamento social alcançou 49,8% no RN neste domingo, 17. É o segundo pior índice do Nordeste e o sétimo pior do país, segundo a empresa de tecnologia InLoco. O índice pressiona ainda mais o Estado por um decreto de medidas mais rígidas, mas é um indício para as autoridades de saúde de que o 'lockdown' poderia se tornar 'decreto vazio'.

Para o comitê de cientistas da Sesap, o decreto em vigor pode alcançar 60% de isolamento se for cumprido e teria uma adesão mínima de 50% da população, mas os registros do InLoco mostram que desde março o percentual não é

alcançado em um dia de semana, que possui mais fluxo de pessoas nas ruas. A avaliação é de que as medidas em vigor precisam primeiro ser cumpridas antes de um lockdown.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

# Toffoli restabelece redução de 50% nas alíquotas cobradas ao Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, restabeleceu a validade da redução de 50% nas alíquotas do **Sistema S**, medida implementada pelo governo como forma de aliviar o caixa das empresas durante a pandemia do novo coronavírus.

A decisão atende a um pedido da União e suspende os efeitos de uma tutela provisória conferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região em uma ação protocolada pelas entidades do **Sistema S**, que buscavam manter integralmente sua fonte de receitas.

O governo editou em março uma Medida Provisória, com vigência imediata, para reduzir à

metade as alíquotas cobradas das empresas para o **Sistema S** durante um período de três meses. A ação daria um alívio de R\$ 2,2 bilhões às empresas, segundo o Ministério da Economia.

Desde a edição da MP, entidades ligadas ao **Sistema S** tentam reverter o corte nas alíquotas para evitar perda na arrecadação.

Em sua decisão, Toffoli argumentou que restabelecer a cobrança integral das alíquotas sobre o faturamento das empresas "poderá acarretar grave lesão à ordem público-administrativa e econômica nacional".

"Exatamente em função da gravidade da situação, exige-se a tomada de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum, não se podendo privilegiar determinado segmento da atividade econômica em detrimento de outro, ou mesmo do próprio Estado, a quem incumbe, precipuamente, combater os nefastos efeitos decorrentes dessa pandemia", disse o presidente do STF.

Toffoli diz ainda que não cabe ao Poder Judiciário dizer quem deve ou não pagar impostos, ou quais políticas devem ser adotadas. Para ele, não é "admissível" que uma decisão judicial "venha a substituir o critério de conveniência e oportunidade que rege a edição dos atos da Administração Pública".

O presidente da Corte disse ainda que a "subversão" da ordem administrativa e econômica não pode ser feita de forma isolada, sem análise de suas consequências para o

Orçamento justamente num momento em que o Estado precisa bancar despesas imprevistas no combate à pandemia.

No pedido de suspensão da decisão do TRF-1, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que a edição da MP teve por objetivo desonerar parcial e temporariamente as empresas num cenário de desaceleração da economia. Segundo a AGU, a manutenção das alíquotas integrais do **Sistema S** poderia acarretar grave dano à ordem econômica, com potencial de abalar o conjunto dos esforços para enfrentar os impactos causados pelo novo coronavírus na economia, em especial em relação à preservação dos empregos.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S**

# De olho em reabertura econômica, mercados internacionais têm manhã em alta



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com investidores acompanhando esforços de epicentros do coronavírus, incluindo Itália, Espanha e Nova York, de reabrir suas economias após longos períodos de bloqueio, os mercados internacionais têm manhã de alta nesta segunda-feira (18).

As Bolsas europeias abriram o pregão desta em alta. Às 4h04, no horário de Brasília, a Bolsa de Londres subiu 2,16%, a de Frankfurt avançava 2,06% e a de Paris se valorizava 1,98%. Já em Milão, Madri e Lisboa, os ganhos eram de 0,67%, 1,32% e 1,72%, respectivamente.

Na Ásia, os mercados financeiros fecharam majoritariamente em alta, além da parte da reabertura, digerindo comentários do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, de que a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus poderá fazer a **economia** dos Estados Unidos encolher "facilmente" entre 20% e 30% neste trimestre.

O índice japonês Nikkei subiu 0,48% em Tóquio, a 20.133,73 pontos, com forte impulso de ações do setor imobiliário, enquanto o chinês Xangai Composto avançou 0,24%, a 2.875,42 pontos, o sul-coreano Kospi se valorizou 0,51% em Seul, a 1.937,11 pontos, e o Hang Seng teve ganho de 0,58% em Hong Kong, a 23.934,77 pontos.

Vários países seguem adiante com iniciativas para gradualmente reverter medidas de bloqueio adotadas na tentativa de conter a disseminação do coronavírus, fator que ajuda a manter algum apetite por risco na região asiática, apesar de recentes tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Em entrevista transmitida no domingo (17), à noite, pela CBS, o presidente do Fed, Jerome Powell, disse acreditar que a **economia** dos EUA vai se recuperar de forma constante ao longo do segundo semestre do ano, contanto



que não haja uma segunda onda de infecções por coronavírus no país.

Nesta segunda, o Japão divulgou números econômicos menos trágicos do que se esperava. Com os efeitos da covid-19 - doença causada pelo coronavírus -, o Produto Interno Bruto (PIB) japonês se contraiu em ritmo anualizado de 3,4% entre janeiro e março. Analistas, contudo, previam queda mais acentuada, de 4,8%.

Exceções na Ásia nesta segunda, o menos abrangente índice chinês Shenzhen Composto caiu 0,43%, a 1.800,84 pontos, e o Taiex recuou 0,69% em Taiwan, a 10.740,55 pontos.

Na Oceania, a Bolsa australiana acompanhou o tom predominante na Ásia e ficou no azul, graças principalmente a ações de mineradoras e petrolíferas. O S&P/ASX 200 avançou 1,03% em Sydney, a 5.460,50 pontos.

#### Futuros de NY

Os índices futuros das bolsas de Nova York se valorizam na madrugada desta segunda-feira e os **juros** dos Treasuries operam sem direção única, com investidores monitorando esforços de epicentros do coronavírus, incluindo Nova York, Itália e Espanha, para reabrir suas

economias após longos períodos de bloqueio e digerindo comentários do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell. Em entrevista transmitida ontem à noite, Powell disse acreditar que a **economia** americana irá se recuperar totalmente da pandemia. Às 4h37 (de Brasília), no **mercado** futuro, Dow Jones subia 1,34%, S&P 500 avançava 1,31% e Nasdaq tinha alta de 1,22%. Entre os Treasuries, o rendimento da T-note de 2 anos caía a 0,137% e o da T-note de 10 anos se mantinha estável em 0,639%, enquanto o do T-bond de 30 anos aumentava a 1,335%.

#### Petróleo

Os contratos futuros de petróleo operam em alta significativa na madrugada desta segunda-feira, com o WTI chegando a se valorizar mais de 5%, em meio a esperanças de que a demanda pela commodity aumente à medida que epicentros do coronavírus, incluindo Itália, Espanha e Nova York, se esforcem para reabrir suas economias após longos períodos de bloqueio. Às 4h16 (de Brasília), o barril do petróleo WTI para julho subia 5,52% na Nymex, a US\$ 31,15, enquanto o do Brent para o mesmo mês avançava 4,37% na ICE, a US\$ 33,92.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Petrobras anuncia alta de 8% do diesel; reajuste vale a partir da terça-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (18), que vai elevar o preço do diesel nas refinarias em 8% a partir da terça-feira, 19), ou mais R\$ 0,1039 por litro. O reajuste vem menos de uma semana após elevar o preço da gasolina em 12%.

O diesel marítimo será elevado em 8,4%, e para as térmicas o aumento será de 8,2% (diesel S500) e 8,6% (diesel S10, menos poluente).

Antes desse aumento o diesel acumulava no

ano queda de 44,1%, contra redução de 41,3% da gasolina, que já embute os dois aumentos de maio, impulsionados pela alta do petróleo no **mercado** internacional.

Por volta das 11 horas (de Brasília), o petróleo tipo Brent, usado com referência pela Petrobras, subiu 7,51%, cotado a US\$ 34,77 o barril, depois de ter chegado a menos de US\$ 20 o barril no mês passado.

A commodity reage ao otimismo do **mercado** norte-americano com o início da abertura da **economia**, fechada parcialmente pela pandemia do novo coronavírus (covid-19), com a reabertura de grandes montadoras como GM, Fiat e Ford.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Confira pagamentos e tributos adiados ou suspensos durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Terminar o mês escolhendo quais boletos pagar. Essa virou a rotina de milhões de brasileiros que passaram a ganhar menos ou perderam a fonte de renda por causa da pandemia do novo coronavírus. Para reduzir o prejuízo, o governo adiou e até suspendeu diversos pagamentos esse período. Tributos e obrigações, como o recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ficarão para depois.

Em alguns casos, também é possível renegociar. Graças a resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), os principais bancos

estão negociando a prorrogação de dívidas. Os agricultores e pecuaristas também poderão pedir o adiamento de parcelas do crédito rural. A Agência Nacional de Saúde (ANS) fechou um acordo para que os planos não interrompam o atendimento a pacientes inadimplentes até o fim de junho.

Além do governo federal, diversos estados estão tomando ações para adiar o pagamento de tributos locais e proibir o corte de água, luz e gás de consumidores inadimplentes. No entanto, consumidores de baixa renda ficarão isentos de contas de luz por 90 dias em todo o país. Em alguns casos, a Justiça tentou agir. No início de abril, liminares da 12ª Vara Cível Federal em São Paulo proibiram o corte de serviços de telefonia de clientes com contas em atraso, mas a decisão foi revertida dias depois.

Os adiamentos não valem apenas para os consumidores. O Congresso aprovou uma lei que suspende o pagamento da dívida dos estados com a União de março a dezembro e autoriza os governos locais a renegociarem débitos com bancos públicos e organismos internacionais.

Confira as principais medidas temporárias para aliviar o bolso em tempos de crise:

? Adiamiento do pagamento da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e dos Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Os pagamentos de abril serão quitados em agosto. Os pagamentos de maio, em outubro. A medida antecipará R\$ 80 bilhões para o fluxo de caixa das empresas.

? Adiamiento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) do 15º dia útil de abril, maio e junho para o 15º dia útil de julho.

? Redução em 50% da contribuição das empresas para o **Sistema S** por três meses, de abril a junho.

? Adiamiento, por seis meses, da parte federal do Simples Nacional. Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro, novembro e dezembro.

? Adiamiento, por três meses, da parte estadual e municipal do Simples Nacional. Os pagamentos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, pertencente aos estados) do Imposto sobre Serviços (ISS, dos municípios) de abril, maio e junho passaram para julho, agosto e setembro.

? Adiamiento dos parcelamentos das micro e pequenas empresas devedoras do Simples Nacional. As parcelas de maio passaram para agosto, as de junho para outubro, e as de julho para dezembro.

? Adiamiento das parcelas por seis meses. Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro, novembro e dezembro. A medida vale tanto para a parte federal como para parte estadual e municipal (ICMS e ISS) do programa.

? Adiamiento dos parcelamentos das micro e pequenas empresas devedoras do Simples Nacional. As parcelas de maio passaram para agosto, as de junho para outubro, e as de julho para dezembro.

? Adiamiento, por dois meses, do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física e do pagamento da primeira cota ou cota única. A data passou de 30 de abril para 30 de junho.

? O cronograma de restituições, de maio a setembro, está mantido.

? Suspensão, por 90 dias, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos. Imposto deixará de ser cobrado de abril a junho, injetando R\$ 7 bilhões na **economia**.

? Suspensão das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por três meses, inclusive para empregadores domésticos. Valores de abril a junho serão pagos de julho a dezembro, em seis parcelas, sem multas ou encargos.

? Redução a zero das alíquotas de importação para produtos de uso médico-hospitalar

? Desoneração temporária de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens necessários ao combate ao Covid-19

? As suspensões ou proibição de cortes de consumidores inadimplentes cabe a cada estado. No entanto, consumidores de baixa renda, que gastam até 220 quilowatts-hora (kWh) por mês, estarão isentos de pagarem a conta de energia. O valor que as distribuidoras deixarão de receber será coberto com R\$ 900 milhões de subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

? Apesar de liminar da Justiça Federal em São

Paulo ter proibido o corte de serviço de clientes com contas em atraso, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) recorreu e conseguiu reverter a decisão. Os clientes de telefonia continuarão a ter a linha cortada caso deixem de pagar as contas. Segundo o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador Mairan Maia, as operadoras precisam de recursos para manterem a infraestrutura e financiarem a crescente demanda por serviços de telecomunicação durante a pandemia', afirmou, no texto.

? Autorizados por uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), os cinco principais bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander - abriram renegociações para prorrogarem vencimentos de dívidas por até 60 dias.

? Renegociação não vale para cheque especial e cartão de crédito.

? Clientes precisam estar atentos para **juros** e multas. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), é preciso verificar se o banco está propondo uma pausa no contrato, sem cobrança de **juros** durante a suspensão, ter cuidado com o acúmulo de parcelas vencidas e a vencer e perguntar se haverá impacto na pontuação de crédito do cliente.

? Caixa Econômica Federal ampliou, de 90 para 120 dias, a pausa nos contratos de financiamento habitacional para clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso, incluindo os contratos em obra. Quem tinha pedido três meses de prorrogação terá a medida ampliada automaticamente para quatro meses.

? Clientes que usam o FGTS para pagar parte das parcelas do financiamento poderão pedir a suspensão do pagamento da parte da prestação não coberta pelo fundo por 120 dias.

? Clientes adimplentes ou com até duas prestações em atraso podem pedir a redução do valor da parcela por 120 dias.

? Carência de 180 dias para contratos de financiamento de imóveis novos.

? CMN autorizou a renegociação e a prorrogação de pagamento de crédito rural para produtores afetados por secas e pela pandemia de coronavírus. Bancos podem adiar, para 15 de agosto, o vencimento das parcelas de crédito rural, de custeio e investimento, vencidas desde 1º de janeiro ou a vencer.

? Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manteve, por 90 dias, o parcelamento de contribuintes que renegociaram a dívida e estão inadimplentes desde fevereiro.

? Prorrogação por 90 dias da validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa (CPEND) válidas em 23 de março.

? Congresso aprovou suspensão dos débitos dos estados com o governo federal e com bancos públicos de março a dezembro. A medida injetará R\$ 35 bilhões nos cofres estaduais para enfrentarem a pandemia.

? A nova lei também autoriza a renegociação de débitos dos estados e dos municípios com bancos públicos e organismos internacionais, deixando de pagar R\$ 24 bilhões.

? Enquanto lei não é sancionada, 17 estados conseguiram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspenderem as parcelas de dívidas com a União.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, SISTEMA S**

# Toffoli restabelece efeitos da MP que reduziu contribuição a instituições do Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, acolheu pedido da União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) de suspender os efeitos da Medida Provisória (MP) 932/2020. A MP, editada em 31/3, que reduziu em 50% as alíquotas das contribuições para os serviços sociais autônomos (o chamado **Sistema S**) e duplicou (de 3,5 para 7%) o valor cobrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a título de pagamento pelo serviço de arrecadação dessas contribuições.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou

que, na origem, o Serviço Social **Comércio** (Sesc/DF) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/DF) no Distrito Federal haviam ajuizado ação pleiteando a suspensão dos efeitos da MP. O pedido da cautelar foi indeferido, bem como o agravo que se seguiu. Porém, as autoras da ação impetraram mandado de segurança para obter a concessão da liminar pelo TRF1, alegando grave risco de dano à economia, à ordem administrativa e à ordem jurídica.

## Desoneração

No pedido de Suspensão de Segurança (SS) 5381, a AGU argumentou que a edição da MP teve por objetivo desonerar parcial e temporariamente as empresas, como forma de fazer frente à súbita desaceleração da atividade econômica, decorrente da pandemia da Covid-19. Segundo o órgão, a concessão dos pedidos podem acarretar grave dano à ordem econômica, com potencial de abalar o conjunto dos esforços para enfrentar os impactos causados pelo coronavírus na economia, em especial em relação à preservação dos empregos.

## Competência do STF

Ao deferir o pedido, o presidente do STF assinalou que, na prática, a decisão do TRF1 suspendeu a vigência de normas constantes de Medida Provisória cuja constitucionalidade já foi submetida ao crivo do Supremo, que detém competência constitucional para aferi-la. Segundo ele, o ministro Ricardo Lewandowski, relator das duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6373 e 6378) sobre a matéria, determinou a apreciação do pleito pelo Plenário, após ter solicitado a prestação das informações e as manifestações da AGU e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Toffoli destacou que a subversão da ordem administrativa e econômica decorrente dessa alteração legislativa, em matéria de contribuições para os serviços sociais autônomos, não pode ser feita de forma isolada, sem análise de suas consequências para o orçamento estatal, 'que está sendo chamado a fazer frente a despesas imprevistas e que certamente têm demandado esforço criativo, para a manutenção das despesas correntes básicas do Estado'.

Leia a íntegra da decisão.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO, SISTEMA S**



# Mesa Brasil/SESC leva cestas básicas para ex-atletas associados da AGAP/RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

muitas incertezas, ao mesmo tempo que agradeceu a bela iniciativa.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, SESC RN**

Parceria **Mesa Brasil**/Sesc e AGAP RN vai distribuir cestas básicas para ex-atletas carentes nesta terça-feira, a partir das 9h. Serão doadas 28 cestas aos atletas associados à AGAP- Associação de de Garantia ao Atleta e ex-Atleta profissional de futebol.

Na oportunidade, ao lado de Mirabeau Rocha, associado e diretor educacional, Edmilson Lima, presidente da entidade, fez questão de agradecer ao Sesc/RN, representado pela assistente social, Jacqueline, a inestimável ajuda.

Edmilson destacou a gravidade do momento em que vivemos, sem jogos, sem trabalho, de

# Justiça nega pedido do Sindsaúde para decretar 'lockdown' no Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública por meio da qual pedia a implementação, em âmbito estadual e municipal, da quarentena total, também conhecida nos últimos dias como 'lockdown', como medida de distanciamento social e método não farmacológico contra a disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19. A intenção da entidade era de que o isolamento mais rígido tivesse o prazo de 15 dias e compreenderia o bloqueio total da capital

potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Veja AQUI a sentença completa.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo SINDSAÚDE, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total

alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.

(dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, FECOMÉRCIO/RN, FAERN e SEBRAE/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do SINDSAÚDE, enquanto duas pessoas físicas

# Covid-19: Justiça nega pedido de 'lockdown' realizado pelo Sindsaúde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública por meio da qual pedia a implementação, em âmbito estadual e municipal, da quarentena total, também conhecida nos últimos dias como 'lockdown', como medida de distanciamento social e método não farmacológico contra a disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19. A intenção da entidade era de que o isolamento mais rígido tivesse o prazo de 15 dias e compreenderia o bloqueio total da capital

potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Veja AQUI a sentença completa.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo SINDSAÚDE, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total

alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.

(dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, FECOMÉRCIO/RN, FAERN e SEBRAE/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do SINDSAÚDE, enquanto duas pessoas físicas

# Prestação habitacional: Caixa amplia pausa de pagamento para até 120 dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Caixa vai permitir, a partir desta segunda-feira (dia 18 de maio), a ampliação da pausa do pagamento de financiamentos habitacionais por um período de até 120 dias para os clientes que já haviam solicitado o benefício de suspensão temporária. Anteriormente, o período máximo era de 90 dias. Quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora já terá os 120 de pausa garantidos.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de imóveis comerciais - individual.

'Ao estender a pausa na prestação do contrato habitacional para quatro meses, o banco oferece às pessoas e empresas a oportunidade de reprogramar seu orçamento diante das dificuldades que vêm enfrentando nesse período', comentou o presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães.

Segundo o banco, a medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de Covid-19. Até o momento, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional.

Quem solicitar a pausa no contrato terá que pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem solicitar a carência. Clientes que utilizaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater uma parte da prestação também podem solicitar o serviço. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está sem pagar no prazo no máximo duas parcelas (atraso de 60 dias).

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação CAIXA ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800 726 0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068, opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-  
RN - ECONOMIA**

# Justiça decide que sindicato não tem legitimidade para pedir 'lockdown' no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz Luiz Alberto Dantas Filho, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acolheu o argumento, sustentado pelo Estado do Rio Grande do Norte, de que o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) não tem legitimidade legal para promover a Ação Civil Pública por meio da qual pedia a implementação, em âmbito estadual e municipal, da quarentena total, também conhecida nos últimos dias como 'lockdown', como medida de distanciamento social e método não farmacológico contra a disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19.

A intenção da entidade era de que o isolamento

mais rígido tivesse o prazo de 15 dias e compreenderia o bloqueio total da capital potiguar e demais municípios da área metropolitana.

Ao acolher o argumento de ilegitimidade, o juiz declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ordenando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado da sentença - quando não há mais possibilidade de recursos.

Segundo a sentença, finalizada às 20h26 desta segunda-feira (18), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, igualmente, de Tribunais de Justiça Estaduais, converge para o posicionamento de que o Sindicato não tem legitimidade para intentar Ação Civil Pública que não seja exclusivamente para defesa dos interesses da categoria profissional à qual estão vinculados os seus associados.

'Pela leitura da peça inicial apresentada pelo SINDSAÚDE, constata-se com clarividência que sua pretensão é de caráter absolutamente heterogêneo, porquanto na hipótese de ser concedida a tutela judicial pretendida, notadamente a decretação do isolamento social completo (lockdown), a medida restritiva total alcançará toda população dos 15 Municípios que integram a Região Metropolitana da Capital, a saber: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus', avalia o magistrado Luiz Alberto Dantas.



De acordo com o julgamento, feito após o recebimento das apreciações do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal sobre os pedidos do Sindsaúde, outro aspecto que foi levado em consideração para reconhecer a ausência de requisito que conferisse legitimidade ao Sindicato, na defesa de supostos interesses difusos e coletivos na ação (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), se reforça com o fato de 16 pessoas jurídicas, entidades representativas das mais variadas atividades no Estado, argumentarem e requererem suas habilitações para participarem da ação na condição de 'Amicus Curiae' (Código de Processo Civil, artigo 138 do Código de Processo Civil).

Das entidades, 15 delas - ASPIRN, FCDL/RN, ACRN, CDL NATAL, FACERN, AEBA, SINMED, SINCODIVRN, ANORC, SINDUSCON/RN, FIERN, FETRONOR, FECOMÉRCIO/RN, FAERN e SEBRAE/RN - já antecipadamente expuseram os seus pontos de vista, em discordância com a pretensão autoral e apenas o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancário do Rio Grande do Norte se aliou à defesa do pleito do SINDSAÚDE, enquanto duas pessoas físicas (dois advogados) também se uniram ao pensamento das quinze instituições.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

# Federações e Sebrae entram com pedido para serem assistentes do Governo e Prefeitura de Natal na ação do Sindsaúde RN sobre lockdown

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, em conjunto com as Federações das Indústrias, das Empresas de Transportes, da Agricultura, e o Sebrae, protocolaram, na 5ª Vara da Fazenda Pública do RN, um pedido para serem habilitados como assistentes simples na ação proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde RN) contra o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Natal.

A ação do Sindsaúde RN pede que o Estado e o Município sejam obrigados a decretar, de forma imediata, por no mínimo 15 dias, o lockdown como medida de distanciamento social, em Natal e em toda a região metropolitana.

Sendo o pedido de habilitação aceito, as entidades poderão atuar como assistentes do Governo e a Prefeitura de Natal para que não seja decretado o lockdown, podendo inclusive, recorrer, impugnar e contestar durante o processo. Para validarem a participação como assistentes, as entidades alegam que, além de representarem quase que a totalidade da classe produtiva do Estado, ainda fomentam a atividade econômica, gerando emprego e renda.



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Fecomércio RN

Desta forma, o bloqueio total trará graves prejuízos para toda a sociedade, em especial às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais que estas entidades representam. Somente é aceito como assistente o terceiro que demonstrar estar sujeito a ser afetado juridicamente pela decisão a ser proferida em processo do qual não participa.

O lockdown, que é a forma mais rígida do distanciamento social, é uma imposição que significa bloqueio total. É recomendado pela Organização Mundial de Saúde quando há o aumento da curva de contágio e existem evidências de que o sistema de saúde não irá conseguir atender à demanda.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

# Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A Caixa vai permitir, a partir desta segunda-feira (18), a ampliação da pausa do pagamento de financiamentos habitacionais por um período de 120 dias para os clientes que já haviam solicitado o benefício de suspensão temporária. Anteriormente, o período máximo era de 90 dias. Quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora já terá os 120 de pausa garantidos.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de

imóveis comerciais - individual.

'Ao estender a pausa na prestação do contrato habitacional para quatro meses, o banco oferece às pessoas e empresas a oportunidade de reprogramar seu orçamento diante das dificuldades que vêm enfrentando nesse período', comentou o presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães.

Segundo o banco, a medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19. Até o momento, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional.

Quem solicitar a pausa no contrato terá que pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem solicitar a carência. Clientes que utilizaram o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para abater uma parte da prestação também podem solicitar o serviço. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está sem pagar no prazo no máximo duas parcelas (atraso de 60 dias).

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação CAIXA ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800 726 0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068,

opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-  
RN - ECONOMIA**

# Senac RN é destaque na Microsoft pelo desenvolvimento da sala de aula virtual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Fecomércio RN

Nesta sexta-feira, 15, o **Senac** RN foi destaque nos perfis das redes sociais da Microsoft devido o lançamento da Sala de Aula Virtual, que aconteceu no início de abril, para cerca de 6 mil alunos da instituição.

A ferramenta de extensão das aulas presenciais acontece através da ferramenta Microsoft

Teams, uma plataforma que oferece um espaço virtual didático com recursos tecnológicos interativos e modernos para todos os perfis.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN**

# MP não tem prerrogativa para fiscalizar Fecomércio, diz Queiroz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, negou que a entidade tenha se recusado a prestar informações para o Ministério Público Estadual sobre a obra de reforma e ampliação do Hotel-Escola **Barreira Roxa**, que é administrado pelo Senac, um dos braços da federação.

De acordo com Queiroz, que se disse surpreso com a investigação aberta na semana pelo Ministério Público sobre o assunto, o que a instituição deixou de fazer foi encaminhar

'documentos internos' solicitados pelo órgão, por entender que o MP não tem 'competência' para fazer a fiscalização.

'Nós nunca negamos informações ou esclarecimentos ao Ministério Público do RN. Desde maio do ano passado, quando eles nos procuraram, nos colocamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. Apenas dissemos que, em virtude do entendimento dos nossos departamentos jurídicos, Regional e Nacional, o MP estadual não tem a prerrogativa de nos fiscalizar. Por isso, e apenas por isso, nós não iríamos enviar documentos internos', afirmou Queiroz, em manifestação enviada ao Agora RN.

Na semana passada, por decisão do promotor Afonso de Ligório Bezerra Júnior, o Ministério Público abriu um inquérito para investigar possíveis irregularidades na obra do **Barreira Roxa**. O local, que é voltado para a formação de profissionais do turismo, foi reaberto há pouco mais de um ano em Natal após um investimento de R\$ 36,2 milhões da Fecomércio RN.

De acordo com o promotor, existe a suspeita de que a obra custou mais do que deveria. Na portaria que instalou o inquérito, o representante do MPRN diz que, levando-se em conta os valores normais de referência para a construção civil, o valor estimado para a obra seria de pouco mais de R\$ 11,7 milhões.

Ainda segundo o representante do MP, o inquérito só foi aberto porque a Fecomércio RN se recusou a enviar a documentação solicitada para dirimir dúvidas sobre a execução da obra.

Segundo Afonso de Ligório, 'toda e qualquer entidade que aufera recursos públicos, mesmo sob a forma de benefícios ou incentivos fiscais (caso das entidades ligadas ao **Sistema S**), está obrigado a prestar contas de suas atividades aos órgãos de controle, inclusive ao Ministério Público'.

Em nota, o Senac negou irregularidades na execução dos serviços e afirmou que o valor corresponde à obra em si, mas também à aquisição de equipamentos para o funcionamento do hotel-escola. Além disso, a entidade ligada à Fecomércio explica que a obra também contemplou a construção de um novo centro de educação profissional, 'criando um polo de excelência para a formação de mão de obra destinada ao segmento do turismo e hospitalidade'.

**Marcelo Queiroz** declarou que as planilhas solicitadas pelo Ministério Público foram objeto de prestação de contas da Fecomércio RN junto aos 'órgãos de controle competentes', como a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União. 'E não temos, até hoje, nenhuma prestação de contas nossa julgada irregular pelo Tribunal. Já houve, inclusive, fiscalização in loco do TCU na obra, não sendo identificada nenhuma inconformidade na sua execução', afirmou Queiroz.

O presidente da Fecomércio acrescentou que a transparência da entidade é 'indiscutível' e que a federação agiu conforme o que determinam a legislação e o regimento interno. 'Isto é uma obrigação nossa, não é um direito. É um dever. Nossa transparência é indiscutível, inclusive atestada por todos os órgãos e colegiados aos quais prestamos contas sistematicamente',

complementou.

Queiroz finaliza afirmando que, quando a entidade for oficialmente notificada sobre o inquérito, vai avaliar os pedidos feitos pelo MP e adotar as 'providências consideradas pertinentes'.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO RN, MARCELO QUEIROZ, SISTEMA S**



# Pesquisa: trabalhadores sentem-se inseguros no cenário pós-pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Além de avivar temores relativos à saúde, a pandemia da covid-19 aumentou a insegurança quanto à esfera profissional. De acordo com sondagem produzida pela consultoria de recrutamento Talenses Group, em parceria com a Fundação Dom Cabral, quase metade (47,6%) das pessoas sente medo do cenário pós-pandemia, em relação ao **mercado** de trabalho.

O levantamento considerou as avaliações de 1.294 trabalhadores, ouvidos em abril. Em novembro de 2019, quando a abrangência era de 778 entrevistados e a covid-19 ainda não afetava todo o globo, a proporção daqueles que

manifestaram apreensão quanto ao futuro profissional era de 19,4%. Apesar do receio do porvir, 83,2% dos entrevistados da pesquisa mais recente julgaram estar preparados para enfrentar os desafios que poderão surgir pelo caminho.

No ano passado, a taxa era de 74,6%. A pesquisa quis saber se os profissionais têm se capacitado para incorporar novos modelos de trabalho. Em novembro, a parcela que respondeu que sim chegou a 81,7% em 2019 e a 80,7% neste ano. Outro aspecto revelado diz respeito à compreensão que os profissionais têm, especificamente quanto ao ramo em que estão empregados.

Em ambos os levantamentos, a maioria acredita que seu setor será "altamente impactado" por reestruturações em curto ou médio prazo. Em novembro de 2019, a porcentagem era de 79% e, em abril deste ano, de 73%. Em ambas as sondagens, predomina o entendimento de que as transformações no âmbito profissional chegarão rapidamente, em curto ou médio prazo. Nessa questão, o índice subiu de 82,2% para 95,4%.

Tendo em vista que a condição de pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) somente em 11 de março deste ano, uma série de perguntas consta apenas do

levantamento mais recente. Na primeira delas, aborda-se a percepção quanto ao uso de recursos tecnológicos para se acelerar a retomada da **economia**. Quase a totalidade (92,8%) dos entrevistados respondeu afirmativamente.

Fonte: Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Países podem controlar o coronavírus sem impor bloqueios, sugere novo estudo em Jerusalém



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Montagem/ Prof. David Gershon, Prof. Alexander Lipton e Prof. Hagai Levine da Universidade Hebraica de Jerusalém (HU)

Uma equipe de especialistas em negócios e doenças infecciosas da Universidade Hebraica de Jerusalém (HU) divulgou um novo estudo (íntegra aqui), concluindo que Israel e outros países poderiam ter controlado a epidemia de coronavírus sem impor bloqueios.

O Prof. David Gershon e o Prof. Alexander Lipton, da Escola de Negócios de Jerusalém da Universidade Hebraica, e o Prof. Hagai Levine, da Escola de Saúde Pública da Universidade Hebraica, um dos principais epidemiologistas de doenças infecciosas e médico de saúde pública, desenvolveram um modelo baseado em evidências reais e dados da vida útil da pandemia do coronavírus para determinar se os países realmente precisam dos bloqueios.

'Analisamos uma abordagem para gerenciar a pandemia de covid-19 sem 'desligar' a **economia** e permanecer dentro da capacidade do sistema de saúde. Baseamos nossa análise em um modelo epidemiológico heterogêneo detalhado, que leva em consideração diferentes grupos populacionais e fases da doença, incluindo incubação, período de infecção, hospitalização e tratamento na unidade de terapia intensiva (UTI). Modelamos a capacidade de assistência médica como o número total de leitos hospitalares e de UTI para todo o país', dizem os pesquisadores no estudo.

Com base em seu modelo, eles determinaram que, se um país tomar medidas precocemente como de higiene, distanciamento social, período de quarentena de 14 dias e testes para qualquer pessoa com sintomas, poderia evitar bloqueios durante toda a pandemia, desde que o número de leitos de UTIs por milhão esteja acima do limite de cerca de 100. Quanto mais leitos

hospitalares tiver na UTI de um país, menor a probabilidade de seu sistema de saúde ficar sobrecarregado e exigir um bloqueio.

Nos caso de países em que o número total de leitos de UTIs é inferior a limiar, os resultados dos cenários de quarentena total e parcial são quase idênticos, tornando desnecessário 'desligar' toda a **economia**. Basta um período limitado de quarentena para grupos específicos de alto risco da população, enquanto o restante da **economia** pode permanecer operacional, segundo o estudo.

Os pesquisadores explicam no estudo que as pandemias atacam apenas uma porção muito específica de uma certa população. Os governos devem se concentrar em proteger aqueles de alto risco, enquanto os de baixo risco podem continuar trabalhando e manter a **economia** funcionando.

Em teoria, as autoridades podem deter uma epidemia colocando em quarentena toda a população por um período prolongado, desde que essa quarentena seja tecnicamente viável. No entanto, o preço econômico e social dessa quarentena é alto demais, sem mencionar sua natureza decisivamente medieval, dizem os pesquisadores.

Quando eles testaram o modelo em Israel, descobriram que, mesmo no pior cenário, o

número de leitos de UTIs necessários para todo o país não excederia os 600. Antes do início do surto, havia pelo menos 2.000 leitos. Portanto, a política de bloqueio era desnecessária e poderia ter sido substituída por boas práticas de higiene, distanciamento social de membros de alto risco da população e testes, e quarentena daqueles que apresentam sintomas, afirma a equipe do estudo.

Além disso, com base na taxa de infecção que Israel tinha antes do bloqueio, Israel nunca teria chegado a uma situação em que há um sobrecarga do sistema de saúde, de acordo com o estudo.

Segundo os pesquisadores, a taxa de infecção em Israel é muito baixa para sobrecarregar os hospitais do país, porque o nível de preocupação com a doença é alto e a reação natural da população é de cuidadosa a super-cuidadosa quando se trata de pessoas que estão no grupo de alto risco.

Os pesquisadores apontam no estudo para países como Suécia, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul, que nunca tiveram lockdowns. Em vez disso, eles implementaram políticas de higiene precoce para garantir que os mais vulneráveis fossem protegidos. Os sistemas de saúde desses países nunca estiveram sobrecarregados, embora o número de leitos de UTI por população fosse menor que o de Israel.

Os países que impõem um bloqueio pagam um alto custo financeiro e social, de acordo com os pesquisadores. Israel, por exemplo, implementou um bloqueio rigoroso no país, e a taxa de desemprego passou de 4% para mais de 26% em questão de semanas, provocando protestos dos empresários.

O governo israelense está agora lentamente começando a diminuir as restrições, depois que o Ministério das Finanças alertou que a **economia** não se recuperaria do impacto econômico que o bloqueio está causando no país.

Em vez de bloqueios, os pesquisadores acreditam que os governos deveriam solicitar à população que se comporte de maneira responsável e mantenha todas as medidas de higiene.

Segundo os pesquisadores Gershon, Lipton e Levine, os bloqueios têm consequências mortais e as pessoas podem morrer por causa da ruína financeira e econômica que são desencadeadas.

Por causa dos bloqueios, serão vistas em muitas áreas não previstas as consequências, como por exemplo, um aumento na violência doméstica, abuso de drogas, crimes e

suicídios.

Em abril, a mídia israelense informou que um comerciante de tradição no famoso **mercado** Mahane Yehuda de Jerusalém cometeu suicídio devido às dificuldades financeiras causadas pelas medidas de bloqueio.

A equipe de pesquisadores da HU planeja levar seus estudos mais longe e analisar quantas vítimas o bloqueio deixará.

O estudo publicado não pode mudar o passado, mas é um aviso para o futuro, caso uma segunda onda de coronavírus aconteça novamente.

Com acréscimo de informações via Conexão Política

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# PANCADA: Toffoli confirma redução de 50% nas alíquotas cobradas ao Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, restabeleceu a validade da redução de 50% nas alíquotas do **Sistema S**, medida implementada pelo governo como forma de aliviar o caixa das empresas durante a pandemia do novo coronavírus.

A decisão atende a um pedido da União e suspende os efeitos de uma tutela provisória conferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região em uma ação protocolada pelas entidades do **Sistema S**, que buscavam manter

integralmente sua fonte de receitas.

O governo editou em março uma Medida Provisória, com vigência imediata, para reduzir à metade as alíquotas cobradas das empresas para o **Sistema S** durante um período de três meses. A ação daria um alívio de R\$ 2,2 bilhões às empresas, segundo o Ministério da Economia.

Desde a edição da MP, entidades ligadas ao **Sistema S** tentam reverter o corte nas alíquotas para evitar perda na arrecadação.

Em sua decisão, Toffoli argumentou que restabelecer a cobrança integral das alíquotas sobre o faturamento das empresas 'poderá acarretar grave lesão à ordem público-administrativa e econômica nacional'.

'Exatamente em função da gravidade da situação, exige-se a tomada de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum, não se podendo privilegiar determinado segmento da atividade econômica em detrimento de outro, ou mesmo do próprio Estado, a quem incumbe, precipuamente, combater os nefastos efeitos decorrentes dessa pandemia', disse o presidente do STF.

Toffoli diz ainda que não cabe ao Poder Judiciário dizer quem deve ou não pagar impostos, ou quais políticas devem ser adotadas. Para ele, não é 'admissível' que uma decisão judicial 'venha a substituir o critério de conveniência e oportunidade que rege a edição dos atos da Administração Pública'.

O presidente da Corte disse ainda que a 'subversão' da ordem administrativa e econômica não pode ser feita de forma isolada, sem análise de suas consequências para o Orçamento justamente num momento em que o Estado precisa bancar despesas imprevistas no combate à pandemia.

No pedido de suspensão da decisão do TRF-1, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que a edição da MP teve por objetivo desonerar parcial e temporariamente as empresas num cenário de desaceleração da economia. Segundo a AGU, a manutenção das alíquotas integrais do **Sistema S** poderia acarretar grave dano à ordem econômica, com potencial de abalar o conjunto dos esforços para enfrentar os impactos causados pelo novo coronavírus na economia, em especial em relação à preservação dos empregos.

ESTADÃO CONTEÚDO

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

## Senac RN é destaque na Microsoft pelo desenvolvimento da sala de aula virtual



**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN**

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Nesta sexta-feira, 15, o **Senac** RN foi destaque nos perfis das redes sociais da Microsoft devido o lançamento da Sala de Aula Virtual, que aconteceu no início de abril, para cerca de 6 mil alunos da instituição.

A ferramenta de extensão das aulas presenciais acontece através da ferramenta Microsoft Teams, uma plataforma que oferece um espaço virtual didático com recursos tecnológicos interativos e modernos para todos os perfis.



## Mesmo com mandato, Rogério Marinho recebeu auxílio-mudança ao entrar no governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Embora já fosse deputado federal e trabalhasse, portanto, em Brasília, o agora ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho (PSDB), recebeu auxílio-mudança no valor de R\$ 51,98 mil para se mudar de Natal (RN) para a capital federal, no início do ano passado.

Alçado, em fevereiro deste ano, à posição de ministro, ele assumiu, à época, o cargo de secretário especial de Previdência do Ministério da **Economia**.

No portal de Transparência, a quantia, paga em março de 2019, consta como 'ajuda de custo'. Ele foi empossado em 4 de janeiro de 2019, quando seu mandato sequer havia terminado - deputados só tomam posse em fevereiro.

Eleito para a Câmara pela primeira vez em 2006, ele exerceu a função parlamentar durante quase todos os anos desde então. A exceção foi em 2010 que, mesmo sem ter sido reeleito, ele assumiu como suplente naquela legislatura em 2011 e 2012. Em 2014, saiu vitorioso das urnas e ganhou um mandato com duração até fevereiro de 2019 - quando termina a legislatura. Antes disso, porém, juntou-se ao governo de Jair Bolsonaro.

Na condição de ministro, Marinho viu seu **salário** saltar dos R\$ 17,3 mil, que recebia como secretário, para R\$ 30,9 mil.

Ao longo desse último mandato, Marinho ocupava um apartamento funcional da Câmara dos Deputados. Segundo a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Regional, entretanto, isso não quer dizer que ele morava efetivamente em Brasília. O argumento, em resposta à reportagem, foi que ele 'permanecia em Brasília apenas nos dias de sessão e para compromissos inerentes ao mandato, retornando ao Rio Grande do Norte, local de sua residência fixa, no restante da semana'.

'A ajuda de custo foi solicitada para arcar com as despesas de mudança e transferência sua e da família para a capital federal', informou a nota.

Segundo o Governo Federal, a ajuda de custo é autorizada pela Lei 8.112/1990, que regulamenta o regime jurídico dos servidores da União, e pelo Decreto 4.004/2001, que trata especificamente do auxílio. O ministro é casado e tem três filhos e, por isso, o cálculo do auxílio corresponde a três remunerações do cargo para que foi nomeado, ou seja, de secretário.

O portal do governo não detalha as despesas ou registra no que efetivamente foi gasto, apenas informa o valor global. Legalmente, contudo, a ajuda de custo garante, além dos gastos de instalação e transporte de mobiliário, a cobertura de 'passagem, bagagem e bens pessoais do servidor e de sua família'.

Metropoles

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Comissão do Coronavírus: Setor de Turismo do RN pede planejamento e novos produtos para se recuperar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O setor do turismo está entre os mais afetados da **economia** brasileira com a crise causada pela pandemia da Covid-19. E, sendo esta uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, o setor ganhou destaque na reunião desta segunda-feira (18) da Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus da Assembleia Legislativa. Em mais um encontro por webconferência, os deputados estaduais integrantes do colegiado debateram o tema com o empresário George Gosson.

Em sua apresentação, George relatou a importância das medidas que foram tomadas na

tentativa de conceder crédito aos empreendedores, citou a importância do Governo do Estado ter uma política mais agressiva para a manutenção dos eventos já conquistados para o Centro de Convenções quando a pandemia passara, e cobrou planejamento para a retomada e a busca por novos produtos turísticos como forma de atrair a volta dos visitantes que já conheceram o RN.

'Não existe solução simples, é complexo, são medidas complementares que vão ajudar a amenizar. São várias coisas que precisam ser feitas. O que penso como mais eficaz no curto prazo é a promoção turística no primeiro momento nos mercados regionais, PE, PB e CE. Atingir o consumidor que ficou trancado em casa. Viajar de avião no primeiro momento será mais complicado, mas viagens de carro vão acontecer', disse George.

O empresário diz que, no segundo momento, será preciso investir na divulgação em cidades polos nacionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, por exemplo. Somente na terceira etapa que deve se começar a pensar no **mercado** internacional. Além disso, continuou, é preciso 'renovar os produtos turísticos dos principais destinos do Estado'. 'Falta novidade, temos série de projetos que precisam ser concluídos. O Museu da Rampa deveria ter ficado pronto em 2014. A revitalização das praças de Natal se iniciou para a Copa e até hoje não foi concluído. As empresas de receptivo não conseguem levar

turistas para city tour porque as praças estão em obras. Isso precisa ser concluído', relatou.

George lamentou ainda que Natal esteja pecando no que considerou o mais básico. 'A Fortaleza dos Reis Magos está fechada. Porque não termina? É nossa joia do turismo cultural. Não dá para fazer turismo religioso sem resgatar a cultura. Você sai da Fortaleza, poderia ir em direção ao Museu da Rampa, mas também não foi concluído. Isso tem que ter um fim. O acervo da Fundação Rampa foi para Parnamirim. Na Ribeira e Cidade Alta para estacionar um ônibus é muito difícil. São pequenas questões, mas que precisam de menos recurso e mais dedicação da gestão pública para resolver', disse.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de Natal explorar mais o turismo religioso, George Gosson lembrou que nesta segunda-feira (18) o Papa João Paulo II, declarado Santo pela Igreja Católica, completaria 100 anos. E não há nenhuma referência sobre ele no Estado, mesmo este tendo passado por Natal quando ocupou o principal posto do catolicismo.

Para o presidente da Comissão, deputado Kelps Lima (SDD), 'Natal é um polo turístico nacional, mas não vê a criação de novos produtos, nem de políticas públicas para novos produtos. Vivemos do sol e mar, praias, e turistas se hospedando em Natal e indo para praias em outras cidades durante o dia'. O

parlamentar citou o exemplo do município de Santa Cruz, 'que virou polo turístico por política pública municipal. Não era referência de turismo. Criou um produto fruto de política pública e transformou a cidade'.

O deputado Hermano Moraes (PSB) demonstrou preocupação com o futuro do turismo no RN, por ser 'a principal indústria' do Estado. O parlamentar classificou o atual momento vivido pelo setor como uma 'tragédia'. O deputado Tomba (PSDB), também destacou a importância de se investir no turismo religioso e cobrou a abertura de linhas de crédito para a recuperação do setor.

Francisco do PT disse que, além do turismo religioso, o RN ainda pode oferecer o turismo de aventura e ecológico, por causa da geografia de determinadas áreas do Estado. O parlamentar enfatizou ainda a criação de um geoparque no Seridó, justamente para explorar esta atividade. O deputado Getúlio Rêgo (DEM) também participou da reunião da comissão.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A Caixa vai permitir, a partir desta segunda-feira (18), a ampliação da pausa do pagamento de financiamentos habitacionais por um período de 120 dias para os clientes que já haviam solicitado o benefício de suspensão temporária. Anteriormente, o período máximo era de 90 dias. Quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora já terá os 120 de pausa garantidos.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à

produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de imóveis comerciais - individual.

'Ao estender a pausa na prestação do contrato habitacional para quatro meses, o banco oferece às pessoas e empresas a oportunidade de reprogramar seu orçamento diante das dificuldades que vêm enfrentando nesse período', comentou o presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães.

Segundo o banco, a medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19. Até o momento, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional.

Quem solicitar a pausa no contrato terá que pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem solicitar a carência. Clientes que utilizaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater uma parte da prestação também podem solicitar o serviço. No

caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está sem pagar no prazo no máximo duas parcelas (atraso de 60 dias).

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação CAIXA ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800 726 0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068, opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).

\*Com informações da Caixa Econômica Federal e Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Comissão do Coronavírus: Turismo pede planejamento e novos produtos para se recuperar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

O setor do turismo está entre os mais afetados da **economia** brasileira com a crise causada pela pandemia da Covid-19. E, sendo esta uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, o setor ganhou destaque na reunião desta segunda-feira (18) da Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus da Assembleia Legislativa. Em mais um encontro por webconferência, os deputados estaduais integrantes do colegiado debateram o tema com o empresário George Gosson.

Em sua apresentação, George relatou a importância das medidas que foram tomadas na tentativa de conceder crédito aos empreendedores, citou a importância do Governo do Estado ter uma política mais agressiva para a manutenção dos eventos já conquistados para o Centro de Convenções quando a pandemia passara, e cobrou planejamento para a retomada e a busca por novos produtos turísticos como forma de atrair a volta dos visitantes que já conheceram o RN.

'Não existe solução simples, é complexo, são medidas complementares que vão ajudar a amenizar. São várias coisas que precisam ser feitas. O que penso como mais eficaz no curto prazo é a promoção turística no primeiro momento nos mercados regionais, PE, PB e CE. Atingir o consumidor que ficou trancado em casa. Viajar de avião no primeiro momento será mais complicado, mas viagens de carro vão acontecer', disse George.

O empresário diz que, no segundo momento, será preciso investir na divulgação em cidades polos nacionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, por exemplo. Somente na terceira etapa que deve se começar a pensar no **mercado** internacional. Além disso, continuou, é preciso 'renovar os produtos turísticos dos principais destinos do Estado'. 'Falta novidade, temos série de projetos que precisam ser concluídos. O Museu da Rampa deveria ter ficado pronto em 2014. A revitalização das praças de Natal se

iniciou para a Copa e até hoje não foi concluído. As empresas de receptivo não conseguem levar turistas para city tour porque as praças estão em obras. Isso precisa ser concluído', relatou.

George lamentou ainda que Natal esteja pecando no que considerou o mais básico. 'A Fortaleza dos Reis Magos está fechada. Porque não termina? É nossa joia do turismo cultural. Não dá para fazer turismo religioso sem resgatar a cultura. Você sai da Fortaleza, poderia ir em direção ao Museu da Rampa, mas também não foi concluído. Isso tem que ter um fim. O acervo da Fundação Rampa foi para Parnamirim. Na Ribeira e Cidade Alta para estacionar um ônibus é muito difícil. São pequenas questões, mas que precisam de menos recurso e mais dedicação da gestão pública para resolver', disse.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de Natal explorar mais o turismo religioso, George Gosson lembrou que nesta segunda-feira (18) o Papa João Paulo II, declarado Santo pela Igreja Católica, completaria 100 anos. E não há nenhuma referência sobre ele no Estado, mesmo este tendo passado por Natal quando ocupou o principal posto do catolicismo.

Para o presidente da Comissão, deputado Kelps Lima (SDD), 'Natal é um polo turístico nacional, mas não vê a criação de novos produtos, nem de políticas públicas para novos

produtos. Vivemos do sol e mar, praias, e turistas se hospedando em Natal e indo para praias em outras cidades durante o dia'. O parlamentar citou o exemplo do município de Santa Cruz, 'que virou polo turístico por política pública municipal. Não era referência de turismo. Criou um produto fruto de política pública e transformou a cidade'.

O deputado Hermano Moraes (PSB) demonstrou preocupação com o futuro do turismo no RN, por ser 'a principal indústria' do Estado. O parlamentar classificou o atual momento vivido pelo setor como uma 'tragédia'. O deputado Tomba (PSDB), também destacou a importância de se investir no turismo religioso e cobrou a abertura de linhas de crédito para a recuperação do setor.

Francisco do PT disse que, além do turismo religioso, o RN ainda pode oferecer o turismo de aventura e ecológico, por causa da geografia de determinadas áreas do Estado. O parlamentar enfatizou ainda a criação de um geoparque no Seridó, justamente para explorar esta atividade. O deputado Getúlio Rêgo (DEM) também participou da reunião da comissão.

O post Comissão do Coronavírus: Turismo pede planejamento e novos produtos para se recuperar apareceu primeiro em Blog do Robson Pires.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**



# Fiern, Sebrae e Fecomércio entram em disputa judicial contra lockdown no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio), em conjunto com as Federações das Indústrias (Fiern), das Empresas de Transportes, da Agricultura, e o Sebrae, protocolaram, na 5ª Vara da Fazenda Pública do RN, um pedido para serem habilitados como assistentes simples na ação proposta pelo Sindicato do Trabalhadores em Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde RN) contra o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Natal.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**